



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
25ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Registro: 2013.0000281975

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0002772-34.2009.8.26.0320, da Comarca de Limeira, em que é apelante VINICIUS MORGADO ALVES DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado RITA MARIA ANDRADE DA SILVA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

ACORDAM, em 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores HUGO CREPALDI (Presidente sem voto), SEBASTIÃO FLÁVIO E MARCONDES D'ANGELO.

São Paulo, 15 de maio de 2013.

Vanderci Álvares
RELATOR
Assinatura Eletrônica

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
25ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Recurso: Apelação com revisão		Nº 0002772-34.2009.8.26.0320. Distribuído em 22/07/2011.
COMARCA: LIMEIRA.		
COMPETÊNCIA: Acidente de veículo.		
AÇÃO: Indenizatória.		
1ª Instância	Nº : 320.01.2009.002772-9.	
	Juiz : Mario Sergio Menezes.	
	Vara: 3ª Vara Cível.	
RECORRENTE(S): VINICIUS MORGADO ALVES DOS SANTOS. ADVOGADO (S): JOSE BENEDITO DOS SANTOS. RECORRIDO (S): RITA MARIA ANDRADE DA SILVA. ADVOGADO (S): CARLOS ALBERTO DE SALVI JUNIOR.		

VOTO Nº 20.996/13.

EMENTA: Acidente de trânsito. Danos morais. Responsabilidade civil. Ação indenizatória julgada parcialmente procedente em Primeiro Grau.

1. Veículo automotor que acabou por colidir com a traseira de animal que transitava pela via, provocando a morte da filha da autora, que era então conduzida pelo veículo.

2. Contexto probatório que não anuncia qualquer modalidade de culpa do réu.

3. Para estadar o dever indenizatório do causador do acidente, devem restar suficientemente comprovados o ato ilícito, o dano e o nexo causal entre um e outro, conforme determinam os artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil, e artigos 186 e 927, ambos do Código Civil em vigor.

4. Depoimentos testemunhais, coerentes e objetivos em seus relatos, bem como os documentos juntados aos autos, que confirmam a dinâmica dos fatos e não chegam a atribuir a ocorrência do episódio à conduta imprudente do réu.

5. Ausente prova firme e segura do ato ilícito atribuído ao réu, impõe-se a improcedência do pedido.

6. Deram provimento ao recurso, para os fins constantes do acórdão.

1. RELATÓRIO ESTRUTURADO

Inicial

Síntese do pedido e da causa de pedir: ação indenizatória ajuizada por Rita Maria Andrade da Silva em face de Vinicius Morgado Alves dos Santos, alegando que esse foi o responsável pelo acidente de trânsito que culminou com a morte de sua filha, a qual estava sendo conduzida em motocicleta pilotada pelo namorado, que acabou por colidir com o animal equino em que cavalgava o réu, de propriedade do mesmo (fls. 02/07).

Sentença

Resumo do comando sentencial: o digno juízo “a quo” julgou parcialmente procedente a ação, reconhecendo a culpa do réu e concluindo pela existência de danos morais amargurados pela autora. Desse modo, condenou o réu ao pagamento de R\$ 15.300,00, quantia que deverá ser corrigida de acordo com a Súmula 362, do STJ, e acrescida de juros de mora em conformidade com a Súmula 54, também do STJ. Dada a sucumbência, condenou o réu a arcar com custas processuais e honorários advocatícios, arbitrados em 10% sobre o valor da condenação (fls. 109/115).

Razões de Recurso

Objetivo do recurso do réu: insiste o réu na improcedência da demanda, alegando que, ao contrário do decidido na respeitável sentença, o condutor da motocicleta foi quem deu causa ao acidente, eis que estava conduzindo o veículo em alta velocidade e sequer era habilitado para conduzir tal veículo, enfatizando, ainda, que a colisão foi na traseira do equino. Aduz que esse condutor conhecia o local e, portanto, deveria se atentar para o fato de ser comum a passagem de animais. Sustenta que não existe no Código de Trânsito nenhuma vedação quanto à condução de animais nas vias, seja ela de via rápida ou não, afirmando que estava em uma alça de acesso, agindo de acordo com a lei e não cometendo qualquer imprudência, sendo de rigor a improcedência da demanda. Subsidiariamente, clama pela redução da quantia arbitrada pelo magistrado sentenciante, considerando as precárias condições financeiras do réu. Pelo exposto, pugna pelo provimento do recurso, visando à reforma da sentença proferida, para o fim de se julgar totalmente improcedente a demanda, invertendo-se os ônus sucumbenciais (fls. 119/136).

É o sucinto relatório.

2. Voto.

O recurso do réu vinga!

Segundo se depreende dos autos, pretende a autora ser indenizada pelos danos morais suportados pelo falecimento de sua filha, que estava sendo conduzida na garupa da motocicleta de seu namorado, a qual acabou por colidir na traseira de animal (cavalo) que se encontrava na mesma pista, tendo na montaria o ora réu.

No âmbito criminal, os documentos juntados às fls. 43/45 indicam que o Ministério Público requereu o arquivamento do inquérito policial.

É certo que no âmbito cível a abordagem é outra, contudo, a meu ver, a apelada não conseguiu produzir prova alguma da responsabilização civil do réu pela ocorrência do acidente.

O próprio motorista da motocicleta que conduzia a filha da autora na ocasião do sinistro, *Eramos Celio Pinto Marcelino*, foi ouvido a fls. 76/78 e afirmou que o acidente ocorreu por volta das seis e meia/sete horas da noite, o que leva a concluir que ainda havia boa visibilidade na pista, ainda mais em decorrência do horário de verão,¹ em vigor na ocasião do sinistro.

Narrou a testemunha que na pista do sinistro não havia acostamento, tendo observado a existência do animal na pista somente quando estava apenas a uma distância de aproximadamente cinco a seis metros, ou seja, quando já estava muito perto do equino.

Confirmou, ainda, que não possuía habilitação para conduzir o veículo automotor quando do acidente, mas que conhecia bem o local e que em várias ocasiões anteriores já havia observado o tráfego de animais naquela pista.

A testemunha *Antonio Carlos Patricio Massaro* (fls.80/81), por sua vez, não presenciou o acidente, porém afirmou conhecer bem o local do sinistro e confirmou ser comum ali o trânsito de animais com seus donos, assim como do tráfego de charretes, todos pela alça de acesso, já que não há acostamento e calçada em referida pista.

A testemunha *Renato Luis dos Santos*

¹ http://pt.wikipedia.org/wiki/Hor%C3%A1rio_de_ver%C3%A3o_no_Brasil, consulta realizada em 16/04/2013.

(fls.82/83) narrou que presenciou o acidente, eis que estava ao lado do réu, cavalgando também com seu equino, afirmando, quanto ao horário do sinistro, que o dia estava começando a escurecer, pois era horário de verão, confirmando, ainda, que o local é uma alça de acesso para Limeira-Mogi Mirim, e que ambos estavam cavalgando perto da guia, um ao lado do outro.

Por fim, alegou a testemunha *Renato* que a velocidade desenvolvida pela motocicleta era excessiva, tanto que o veículo foi parar muito longe do local do acidente e que, com o forte impacto da colisão traseira, o cavalo morreu no local.

Assim, ao contrário do que afirma a autora, genitora da vítima fatal, não há qualquer notícia nem prova de que o apelante não estivesse conduzindo o animal de acordo com o que prevê o artigo 53, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõe que os animais que circularem pela pista de rolamento deverão ser mantidos junto ao bordo da pista:

“Art. 53. Os animais isolados ou em grupos só podem circular nas vias quando conduzidos por um guia, observado o seguinte:

(...)

II - os animais que circularem pela pista de rolamento deverão ser mantidos junto ao bordo da pista.”

E, conforme as provas produzidas nos autos, restou comprovado que a via onde ocorreu o acidente era uma alça de acesso, havendo apenas uma mão de direção, sem existência de acostamento ou guias.

Dessa forma, o réu não poderia transitar com seu animal por outro local que não a própria pista, na correta mão

de direção da estrada, sob pena de infringir as normas de trânsito. Foi exatamente isso que o réu fez.

Com efeito, as provas indicam que o animal estava próximo ao meio fio, em consonância com a legislação então em vigor, não havendo como se imputar ao réu qualquer modalidade de culpa.

Nesse mesmo sentido:

“EMENTA: Veículo automotor - Acidente de trânsito - Colisão - Ação de reparação de danos materiais - Sentença de improcedência - Manutenção do julgado - Recurso do autor - Alegação de que verificada a culpa do réu pelo acidente, o qual conduzia veículo de tração animal sem as cautelas necessárias - Inconsistência - Conjunto probatório que afasta a culpa do réu pelo evento danoso - Recurso do réu - Pedido de aplicação das penas da litigância de má-fé ao autor - Não caracterização do necessário dolo processual - Sentença ratificada com amparo no art. 252 do Regimento Interno desta Corte. Apelos desprovidos.”

(Apelação nº 0008669-43.2009.8.26.0320, 30ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Marcos Ramos, J. em 15 de fevereiro de 2012).

“ACIDENTE DE VEÍCULO - Colisão entre automóvel e charrete - Estrada desprovida de acostamento - Charrete que trafegava pela pista - Conduta de acordo com as normas de trânsito - Colisão Traseira - Motorista que não trafegava dentro dos limites seguros de velocidade - Culpa comprovada - Recurso provido.”

(Apelação sem Revisão nº 985.341-0/2 04/06/08, 33ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Sá Moreira de Oliveira, J. em 04 de junho de 2008).

Aliás, segundo constou da demanda, o que se poderia apurar pelas vias cabíveis é eventual desrespeito às regras de trânsito pelo próprio condutor da motocicleta, que colidiu contra a traseira do animal e que possivelmente imprimia à máquina velocidade excessiva, levando-se em conta os limites de velocidade e

as condições de tráfego da via e as condições climáticas.

Apenas para recordar, estabelece o artigo 29, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro que: "**O condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas**". – grifos nossos.

Vale lembrar que o artigo 28 do texto legal supracitado também dispõe que: "**O condutor deverá, a todo momento, ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito**".

Ainda, é pacífico o entendimento de que aquele que conduz veículo atrás de outro, deve fazê-lo com prudência, observando distância e a velocidade de tal forma que não ocorra uma colisão.

E, não bastassem tais fundamentos, é de ressaltar que o motorista da motocicleta confirmou em seu depoimento que não possuía habilitação na ocasião do sinistro.

Na verdade, em que pese a ausência de habilitação para a condução de veículos automotores caracterizar apenas uma infração de ordem administrativa, no presente caso, essa condição também se apresenta relevante.

Fosse regularmente habilitado para dirigir aquele tipo de veículo (motocicleta) e se ponderasse, de alguma forma, as condições de tráfego do local (alça de acesso a Rodovia e trânsito frequente de animais no local), por certo que o acidente poderia ter sido evitado.

Logo, alternativa não restava senão, a reforma da sentença recorrida, julgando-se improcedente a demanda indenizatória movida pela autora-apelada em face do réu-apelante.

Destarte, de rigor a inversão do ônus da sucumbência, fixada agora a encargo da apelada, que deverá arcar com custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios da parte contrária, que fixo em R\$3.000,00 (três mil reais), nos termos do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil, que é o aplicável, e não o § 3º, quando a demanda é julgada improcedente, observando-se, entretanto, a gratuidade processual prevista na Lei nº 1.060/50.

3. “*Itis positis*”, pelo meu voto, dou provimento ao recurso, para os fins constantes do acórdão.

VANDERCI ÁLVARES
Relator